

HISTÓRIA DE PORTUGAL



Edição
Monumental

da

Portucalense Editora
Porto

94(469)/PER

HISTÓRIA DE PORTUGAL

EDIÇÃO MONUMENTAL

COMEMORATIVA DO 8.º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA NACIONALIDADE

PROFUSAMENTE ILUSTRADA E COLABORADA
PELOS MAIS EMINENTES HISTORIADORES E
ARTISTAS PORTUGUESES

LOUVADA PELO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM PORTARIA DE 5 DE JULHO DE 1934
E PREMIADA COM DIPLOMAS DE HONRA NA GRANDE EXPOSIÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL
DE 1933 E NA 1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA DE 1934

Suplemento

DIRECÇÃO DE
DAMIÃO PERES
Professor da Universidade de Coimbra

Confederação
das Colectividades
BIBLIOTECA
94(469)
2330



MCMLIV
PORTUCALENSE EDITORA, S. A. R. L.
PORTO

FED. POR.
COL. QUL. REC.
BIBLIOTECA
1078

ÍNDICE GERAL

Primeira Parte—HISTÓRIA POLÍTICA:

Págs.

CAP. I—PORTUGAL NO LIMIAR DA GRANDE GUERRA

Fisionomia social e política do País nos anos de 1911 a 1913: divergências entre os republicanos e formação de partidos; divergências entre os monárquicos e criação do integralismo. Difícil, embora um tanto longa, vida dum governo inteiramente de democráticos (1913-1914). Tentativas presidenciais de acalmção política. A uma fase de domínio do partido democrático sucede um gabinete de composição neutra e programa apaziguador

5

CAP. II—ÚLTIMOS MESES DUMA EXPERIÊNCIA EXTRA-PARTIDÁRIA

No sub-solo europeu, o espectro da guerra; em Portugal, rivalidades partidárias avivadas pelo problema eleitoral. Primeiros alarmes de guerra. Portugal e a aliança anglo-lusa. Intervenção ou não-intervenção e suas modalidades: um novo motivo de desentendimentos. Prenúncios de especulação e de alta do custo de vida; medidas governativas de frenação desses sucessos. Dificuldades internas provenientes do sector monárquico; campanhas jornalísticas e uma sublevação. Primeira posição de Portugal ante o conflito europeu: neutralidade aparente, quanto à Europa; efectividade bélica em África. Portugal declarado ao lado dos Aliados. Demissão do gabinete extra-partidário; causas deste sucesso político

49

CAP. III—QUINZE MESES DE INSTABILIDADE GOVERNATIVA

Constituição do gabinete Azevedo Coutinho e sua efémera existência. Manifestação militar e formação dum governo republicano conservador, politicamente mixto, o do General Pimenta de Castro; suas vacilações governativas, interna e externamente. Propaganda revolucionária. Revolução de 14 de Maio de 1915. Formação do gabinete João Chagas; atentado contra o seu presidente e sua substituição interina por José de Castro. Modificações na Presidência da República; exoneração voluntária de Manuel de Arriaga e sua substituição temporária por Teófilo Braga. Remodelação do gabinete João Chagas: presidente José de Castro. Bernardino Machado na Presidência da República. De novo os democráticos no poder, num gabinete Afonso Costa

73

CAP. IV—POLÍTICA DE GUERRA (1916-1917)

O «ministério da união sagrada»: seu programa e suas realizações. Termo da acção governativa bipartidária e acesso ao poder dum gabinete democrático presidido por Afonso Costa. Crescentes dificuldades internas, de ordem económica e de ordem política. O previsto dilema: democráticos no poder ou revolução

139



CAP. V — A «REPÚBLICA NOVA»

Assentamento da nova situação política. Medidas de emergência. Primeira fase governativa: ditadura com parcial observância da Constituição. Segunda fase: experiência presidencialista. Dificuldades políticas e económicas. Firmeza pessoal de Sidónio Pais. Seu assassinato

169

CAP. VI — DECLÍNIO E EXTINÇÃO DA «REPÚBLICA NOVA»

Eleição do novo Presidente da República, almirante Canto e Castro, com regresso ao sistema parlamentarista. Remodelação ministerial. Revolução republicana em Santarém; revoluções monárquicas no Porto e em Lisboa. Monarquia do Norte e República do Sul. Formação dum gabinete de concentração republicana, presidido por José Relvas; sua atribulada existência. Fim da «República Nova»

203

CAP. VII — UMA NOVA «REPÚBLICA VELHA» — NOVOS MOLDES, NOVOS DIRIGENTES E NOVOS PARTIDOS

Constituição do gabinete Domingos Pereira — primeiros sintomas de modificações no estado-maior do partido democrático. Tentativas de nova arrumação das forças políticas republicanas. Eleições. Fisionomia nova dum parlamento velho. O conflito da presidência da República: Canto e Castro. Bernardino Machado, e definição das tendências da nova «República Velha». Alterações constitucionais nas atribuições do Presidente da República. Eleição presidencial de António José de Almeida, com sintomas de novas orientações partidárias. Formação de novos partidos republicanos. Alterações nas esferas políticas monárquicas

219

CAP. VIII — OS PRIMEIROS GOVERNOS DA NOVA «REPÚBLICA VELHA»

O gabinete Domingos Pereira e a sua obra de carácter social; aspirações e realidades; as greves e a ordem pública. O partido democrático no poder: gabinete Sá Cardoso. Liquidação de anteriores e novos conflitos. Remodelação ministerial; o parlamento e o governo. Fim do gabinete Sá Cardoso. Formação do ministério Fernandes Costa; caso inédito, o dum governo que aborta. Retorno aos governos de concentração; gabinete Domingos Pereira e António Maria Baptista. Os problemas económicos; Cunha Leal e a Moagem. Um ministério de vida curta e atribulada: o gabinete António Maria da Silva. Situação ministerial de política anti-democrática: o gabinete António Granjo. Incremento das questões sociais. O ministério sucumbe ante os ataques de algumas forças partidárias que o tinham levado ao poder

235

CAP. IX — SOB O SIGNO DA GUARDA REPUBLICANA

Um governo-relâmpago: o gabinete Álvaro de Castro. Incremento da acção política da Guarda Republicana: o gabinete Liberato Pinto. Uma frustada tentativa de sotoposição política daquele organismo militar: o gabinete Bernardino Machado. Manifestação revolucionária da Guarda Republicana e queda do gabinete Bernardino Machado. O partido liberal no governo. Gabinete Barros Queiroz; eleições. Gabinete António Granjo. Novamente revolução. Uma hora de gravidade extrema

289

CAP. X — EVOLUÇÃO DO «OUTUBRISMO»

A «noite sangrenta». Formação e fruste duração do primeiro ministério outubrista, o de Manuel Maria Coelho. Ministério Maia Pinto. Dissolução do parlamento. O problema das eleições; adiamento destas. Fim do Outubrismo: o ministério Cunha Leal. Eleições. Vitória eleitoral do partido democrático. Demissão do ministério Cunha Leal

313

CAP. XI — ESTABILIDADE GOVERNATIVA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO: 1922-1923

Atitude política de Afonso Costa. Constituição dum gabinete António Maria da Silva. Jugulação do outubrismo e reforma da Guarda Republicana. Claridades e sombras da vida portuguesa. Um novo ministério António Maria da Silva, de curta duração. Alterações partidárias no sector republicano e no monárquico. Ainda um ministério António Maria da Silva. A política religiosa e seus atritos. Vicissitudes internas. Eleição presidencial. Manuel Teixeira Gomes sucede a António José de Almeida na Presidência da República. Dificuldades parlamentares do governo. Fim do biénio governativo democrático . . .

325

CAP. XII — INTERLÚDIO MINORITÁRIO E DE CONCENTRAÇÃO

Os nacionalistas no poder: gabinete Ginestal Machado. Esforços financeiros. Revolta de 10 de Dezembro. Oposição parlamentar. Recusa presidencial da dissolução do Parlamento e queda do ministério Ginestal Machado. Crise do partido nacionalista; formação do Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Constituição dum ministério de concentração: o de Álvaro de Castro. Medidas de aumento de receitas e de redução drástica de despesas. O problema cambial. Conflito com a Aviação Militar. A operação da prata. Dificuldades parlamentares. Fim do gabinete Álvaro de Castro. Formação dum novo governo de concentração: o de Rodrigues Gaspar. Suas principais preocupações; ordem pública e regularização financeira. Oposição da fracção esquerdista dos democráticos. Demissão do gabinete Rodrigues Gaspar . . .

367

CAP. XIII — EVOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DO DISSÍDIO ENTRE OS DEMOCRÁTICOS

Formação dum ministério da ala esquerda dos democráticos: o de José Domingues dos Santos. Reorganização do regime bancário e suas repercussões sociais e políticas. Derrota parlamentar do governo. Novo ministério: o gabinete Vitorino Guimarães, favorável à política económica do anterior ministério. Dificuldades parlamentares: viva oposição nacionalista. O Exército e a política: tentativa revolucionária de 5 de Março e revolta de 18 de Abril. Propósitos de renúncia do Presidente da República e sua desistência deles. Mais uma vez, mostras do dissídio entre democráticos; queda do governo Vitorino Guimarães. A direita democrática no poder: ministério António Maria da Silva; sua vida parlamentar dificultada pela esquerda democrática. Definitiva cisão dos dois grupos democráticos . . .

389

CAP. XIV — ÚLTIMOS TEMPOS DE PREDOMÍNIO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO

Recusa presidencial de dissolução do parlamento. Nova revolta militar e seu insucesso. Demissão do ministério António Maria da Silva e formação dum novo governo democrático, o de Domingos Pereira. Ambiente pré-eleitoral. Eleições; triunfo da ala direita dos democráticos e seu advento no governo, após renúncia de Teixeira Gomes e eleição de Bernardino Machado. Um novo gabinete António Maria da Silva. Ainda uma revolta jugulada. Progressos da marinha de guerra. Esforços financeiros. Um problema económico que se volve político: o dos tabacos. Revolução do 28 de Maio: fim do predomínio democrático e obliteração deste e dos demais partidos . . .

401

CAP. XV — DOIS ANOS DE DITADURA MILITAR

Primeiras dificuldades governativas do Comandante Cabeçadas. Entendimentos e desentendimentos com o General Gomes da Costa: o triunvirato de Coimbra e sua substituição por um novo ministério. Golpe-de-Estado do general Gomes da Costa: destituição de Cabeçadas e novo ministério. Segundo golpe-de-Estado: destituição de Gomes da Costa. Presidência do General Carmona e recomposição ministerial. Novas perturbações: esboço

revolucionário em Chaves e tentativa de golpe-de-Estado em Lisboa. As grandes revoluções do Porto e Lisboa. Uns meses de aparente tranquilidade. Primeiros lineamentos dum apoio civil da nova situação política. Modificações na orgânica governativa e nova tentativa de golpe-de-Estado. Recomposição ministerial e esforços de acalmção política. Preparação de actos eleitorais: instituição da «Liga Nacional 28 de Maio» e promulgação duma lei eleitoral. Obra governativa e reformadora da ditadura militar. Dificuldades financeiras e malogro dum empréstimo externo. Esforços de restauração financeira: o problema dos tabacos; lineamentos de remodelação tributária; redução de vencimentos do funcionalismo. Eleição do general Carmona para a Presidência da República e sua posse. Ministério do general José Vicente de Freitas. O Professor Oliveira Salazar assume a gerência da pasta das Finanças

425

CAP. XVI — NOVA FASE DITATORIAL: A DITADURA FINANCEIRA (1928-1931)

Condições e propósitos duma renovadora gestão financeira. Reforma das normas orçamentais e retoques na legislação fiscal. Uma revolução na rua, modificações no ministério, e, na folha oficial, a novidade dum orçamento sem «déficit». Novo gabinete José Vicente de Freitas; o Prof. Oliveira Salazar continua na pasta das Finanças. Segundo orçamento sem «déficit». Importante reforma tributária. Nova crise ministerial. Gabinete Ivens Ferraz e suas modificações. O Prof. Oliveira Salazar continua na pasta das Finanças. Êxito financeiro revelado pelo fecho de contas de 1928-1929. Considerável redução da dívida flutuante externa. Sucessos de regozijo e de luto. As dificuldades de Angola e as suas repercussões políticas. Crise ministerial: gabinete Domingos de Oliveira, após tentativas frustradas de resolução da crise. O Prof. Oliveira Salazar na pasta das Finanças e das Colónias. Programa de medidas ultramarinas. Promulgação do Acto Colonial. Empréstimos para obras de fomento e consolidação da dívida pública; redução da taxa de juro. Terceiro orçamento sem «déficit». Começo de renovação da marinha de Guerra. Modificações ministeriais. Revolução na Madeira, com repercussões açoreana e ultramarina. Balanço dos êxitos da gerência financeira. Viragem na evolução da ditadura . .

449

CAP. XVII — ÚLTIMA FASE DITATORIAL: A DITADURA POLÍTICA (1931-1933)

Incremento dos propósitos da ditadura pela instituição de novas normas constitucionais. Criação dum organismo político de acção presente e projecção futura: a União Nacional. Elementos preponderantes na ditadura fazem declarações referentes à futura Constituição. Movimento dos antigos partidos. Agitação revolucionária. Novas afirmações governativas a respeito do futuro sistema político português. Publica-se um projecto de Constituição. Crise ministerial: o Prof. Oliveira Salazar, orientador do porvir político português e chefe do novo governo. Sua acção simultaneamente política e financeira. O texto constitucional é plebiscitado e aprovado. Comparação dos traços fundamentais das constituições anteriores, nomeadamente a de 1911, com os da de 1933. Institucionalmente opera-se uma viragem, a que logicamente corresponde, na História de Portugal, a conclusão dum período . . .

475

Segunda Parte — HISTÓRIA ECONÓMICA:

CAP. I — POPULAÇÃO

Progresso demográfico; suas vicissitudes. População das cidades; números absolutos e valor proporcional. O crescimento das grandes cidades. Valor proporcional da população segundo o modo de vida. Contingente estrangeiro; seu significado demográfico. . .

501

CAP. II — MOEDA

Legislação monetária de 1911 e sua execução. Declínio dos valores monetários. As cédulas.
 Regresso à circulação metálica: reformas de 1924, 1927 e 1931 505

CAP. III — VIAS DE COMUNICAÇÃO

O problema das estradas: reflexos da crise financeira, subsequente à primeira Grande Guerra, no retardamento de construções e na paralização das grandes reparações; tentativas de melhoramento no período de 1918 a 1926; as grandes renovações empreendidas desde 1926 e acentuadas desde 1928. O problema dos caminhos de ferro: construção de vias subsidiárias ou de interesse regional; convergência dos esforços financeiros do Estado, de municípios e de particulares 517

CAP. IV — ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Agricultura, indústria, comércio. Desenvolvimento próprio e providências oficiais. Medidas de ordem geral: protecção pautal, progressos portuários e de aproveitamentos hidráulicos. Evolução da política de amparo das actividades económicas 527

Terceira Parte—VIDA CULTURAL

CAP. I — INSTRUÇÃO

Reformas em vários departamentos da instrução pública. Uma inovação sem seguimento: o ensino primário superior. Curso especial de preparação dos bibliotecários e arquivistas. Cinema educativo 545

CAP. II — INSTITUIÇÕES E SUCESSOS CULTURAIS

Arte e arqueologia: primeira reforma; museus; novos organismos de produção artística e arqueológica. Bibliotecas e arquivos. Apoio oficial a estudiosos e artistas. O acordo ortográfico luso-brasileiro. Solenidades académicas 549

Quarta Parte—ULTRAMAR PORTUGUÊS

CAP. I — DELIMITAÇÃO E OCUPAÇÃO

Providências legislativas para demarcação dos limites territoriais ultramarinos nos primeiros anos do regime republicano. Pormenores de modificação fronteiriça em Moçambique e Angola, subsequente à primeira Grande Guerra. Guerras de ocupação em vários territórios ultramarinos até 1914. Lutas com os alemães em Angola e Moçambique. Guerra de ocupação no sul de Angola 559

CAP. II — ECONOMIA E POLÍTICA

Evolução das providências oficiais em matéria de fomento da população e das actividades económicas. Manifestações de progressiva descentralização governativa do Ultramar. Leis e cartas orgânicas de 1914, 1918 e 1919. Instituição dos Altos Comissários de Angola e Moçambique. Reformas de 1926 e 1930. Proclamação da unidade imperial portuguesa; sua expressão objectiva na Exposição Colonial do Porto

567

CAP. III — ACÇÃO CIVILIZADORA

Sob o signo da maior agudeza da Lei da Separação: desamparo oficial das missões religiosas e criação de missões civilizadoras laicas. Sob o signo da nova «República Velha»: reforma do missionarismo laico, reconsideração quanto ao merecimento do missionarismo religioso e sua reposição entre os cuidados do Estado. Progressivo rejuvenescimento das missões católicas. Sob o signo do «Estado Novo»: recondução oficial das missões católicas à sua pristina importância. Legislação de amparo e desenvolvimento da personalidade civil indígena. Progressiva dignificação jurídica, social e política dos indígenas. Unidade humana da Nação Portuguesa

575

CORRECÇÕES E ADITAMENTOS

579

ERRATA

584

ÍNDICE ONOMÁSTICO,

585

ÍNDICE DAS GRAVURAS

601

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

605

F. P. C. C. R.
biblioteca